

Da teologia ao rural: reflexões acerca de idéias religiosas e concepções políticas na Arquidiocese de Mariana

Reinaldo Azevedo Schiavo¹

Fabício Roberto Costa Oliveira²

O objetivo deste artigo é fazer uma análise da atuação política de grupos leigos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Porto Firme - MG, tendo como foco principal de análise a emergência das Comunidades Eclesiais de Base e a organização da PROVIC (Proposta de Vida em Comunidade). Nosso interesse nessa temática se justifica pela tentativa de compreender como tais ações, tão vinculadas à Teologia da Libertação, se fizeram presentes e atuantes na Arquidiocese de Mariana num período em que o arcebispado era avesso a tais concepções religiosas.

Arquidiocese de Mariana; Teologia da Libertação; Organização Popular.

1 Introdução

Não são raros os casos em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tornaram-se espaço de debates e articulações políticas entre leigos católicos no Brasil. São muitos os exemplos de partidos políticos, sindicatos, ONGs, movimentos e pastorais sociais que se organizaram

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. reinaldomatipo@yahoo.com.br

² Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa e Doutorando do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. frcoliveira@yahoo.com.br

sobre os alicerces de várias CEBs em diversos cantos do país. Todavia, essa “politização” nas bases da Igreja católica não se deu de forma homogênea nas diversas arquidioceses brasileiras. Nas jurisdições eclesiais mais “abertas” às idéias da Teologia da Libertação, a formação dessas Comunidades Eclesiais aconteceu com maior intensidade, ao contrário do ocorrido onde o clero, por diversas razões, postou-se de maneira cética diante das orientações ditas progressistas dessa vertente teológica.

Na Arquidiocese de Mariana - MG, durante o arcebispado de Dom Oscar de Oliveira (1960-88), a organização das CEBs bem como a articulação política dos leigos sofreram resistências por parte do governo arquiépiscopal, receoso quanto ao perfil contestatório e ao discurso “revolucionário” adotados por muitas dessas comunidades. Porém, as objeções desse arcebispo não foram suficientes para conter a proliferação desse referido modelo de catolicismo na sua Instituição, uma vez que influências externas ultrapassaram seu crivo, fomentando o germinar das Comunidades Eclesiais de Base nesta Arquidiocese, como aconteceu na paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Porto Firme - MG.

Assim sendo, nosso intento é analisar as especificidades da formação das CEBs em Porto Firme, atentando para os seus desdobramentos no campo sociopolítico, concentrando-nos, principalmente, na articulação e atuação dos leigos dessa paróquia. Inicialmente, traçaremos uma breve contextualização histórica, para, em seguida, abordarmos a postura administrativa do arcebispado de Dom Oscar na Arquidiocese de Mariana, bem como as especificidades desenvolvidas pela paróquia supracitada.

2 O contexto de transformações: da política nacional e internacional à Igreja católica

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por intensas agitações nos planos político, econômico e cultural que refletiram numa grande onda de transformação social por todo o globo. Guerras, revoluções, golpes militares e movimentos de contracultura são exemplos de acontecimentos que, em interação com as tensões da guerra fria, condicionaram consideráveis mudanças em várias regiões do mundo, tanto nas dimensões

laicas quanto nas religiosas, e que, de certa forma, influenciaram o cotidiano de indivíduos, sociedades e Estados.

No contexto internacional, pairava no ar um eminente clima de incertezas provocado pela bipolarização do mundo, dividido entre capitalistas e socialistas, entre EUA e URSS. Por causa da disputa entre essas duas nações pela hegemonia do globo, “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (HOBSBAWM, 1995, p.224).

Concomitante a esse conturbado cenário, a Igreja católica romana promoveu importantes transformações no seio de sua instituição. Mudanças litúrgicas somaram-se a um remodelamento de sua ação pastoral, preocupada com os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais condizentes com a vida cotidiana de seus fiéis. O Concílio Vaticano II (1962 - 65) foi o acontecimento que, em nível mundial, desencadeou essa leva de renovações eclesiais e eclesiásticas, abrindo as portas da Igreja de Roma às questões da modernidade e proporcionando o desencadear de novas formas de eclesiais a partir da realidade das Igrejas particulares:

a nível da Igreja Universal, o acontecimento maior foi a inesperada primavera que a convocação do Concílio provocou, florescendo em caminhos de ecumenismo e diálogo com as demais religiões e os não-crentes, em *aggiornamento* da vida e das estruturas pastorais da Igreja, de seu serviço ao mundo e de sua reflexão teológica (BEOZZO, 1993, p.7).

Os ecos conciliares soaram, na América Latina, através da Conferência Episcopal de Medellín (1968), onde a Igreja latino-americana teria consolidado sua “opção preferencial pelos pobres” a partir de uma teologia voltada para a realidade do continente configurada por uma expressiva desigualdade social em consequência sistema capitalista que por aqui se desenvolveu. Tendo como tema: *Presença da Igreja na Atual Transformação da América Latina*, essa Conferência fomentou um novo modelo de catolicismo preocupado com os problemas sociopolíticos que afligem a

vida desse povo e, ao mesmo tempo, deu legitimidade a uma nova forma de organização.

Esta organização era pautada na formação de Comunidades Eclesiais de Base, cuja atuação propiciou a proliferação e consolidação das propostas da Teologia da Libertação. Michel Löwy define as CEBs como pequenos grupos de leigos organizados nas paróquias, bairros, favelas, vilas e/ou comunidades rurais “que se reúnem para ler a Bíblia e discuti-la à luz da sua própria existência” (LÖWY, 1995, p.46). Fundadas no Brasil a partir da década de 1960, “visando suprir a carência de ministros ordenados, constituíram o lugar de um processo de conscientização dos cristãos em face dos problemas sociais e eclesiais” (REGIDOR, 1996, p.27).

As CEBs, por meio da organização dos leigos, das reflexões acerca do cotidiano e dos problemas diário tendo como referência a Bíblia, além do apoio de padres e bispos para a mobilização popular, acabaram gerando e/ou apoiando vários movimentos sociais por todo o país, tanto no meio urbano quanto no rural. Em geral, os intelectuais vinculados à Igreja católica atribuem à Instituição boa parte dos ganhos dos movimentos populares (LESBAUPIN, 2000, LESBAUPIN et alii, 2004, OLIVEIRA, 2001, PETRINI, 1984, RODRIGUES, 1997, TEIXEIRA, 1996).

No que diz respeito à ausência de consenso conceitual sobre as CEBs, Theije alerta-nos para o fato de muito já ter sido pesquisado, nas ciências sociais brasileiras, sobre essas comunidades e serem várias as ambigüidades sobre o tema. “A falta de uma definição inequívoca do assunto provoca a discordância e a confusão sobre o impacto das comunidades de base no Brasil” (THEIJE, 2002, p.47). Como critério analítico, essa autora faz uma reflexão separada dos termos que compõem esta sigla, a fim de identificar a discordância existente sobre esse conceito. Assim, *comunidade* refere-se ao localismo dos grupos e ao caráter coletivo de sua organização. *Eclesial* relaciona-se à principal motivação do grupo: a fé. Já a palavra *base* conforma-se como o principal ponto de desencontro entre os autores. Alguns (LÖWY, 1995) a utilizam no sentido marxista, referindo-se aos pobres e oprimidos, outros (MAINWARING, 1989) usam o termo para se referir tanto aos agentes pastorais quanto às CEBs. Também é comum, entre os autores, a não-definição do conceito, subentendendo que todos já sabem o que significa.

Assim, não dá para simplificar a CEB em um modelo único. Apesar de o conceito ter sido lapidado em função da opção preferencial pelos pobres, nem sempre ele é usado para definir grupos politicamente engajados, de militantes sociais ou comunidades pobres.

Contudo, não obstante encontrarmos grupos que se resumem à oração e, mesmo assim, serem chamados de CEBs, não se pode negar que essa forma de organização eclesial foi – e é – fortemente idealizada, incentivada e defendida por leigos e religiosos ligados, direta ou indiretamente, à Teologia da Libertação. O cenário político, marcado pelas atrocidades cometidas pelos governos militares, e o cenário econômico, maculado pela histórica dependência dos países latino-americanos às grandes potências mundiais e a alarmante situação de miséria que afetava a maioria de seus povos, conformaram um campo fértil para a proliferação desse novo modelo de catolicismo, uma vez que o discurso católico passou a entronizar a libertação dos pobres através da tomada de consciência dos mesmos em face da conjuntura sociopolítica geradora de miséria e opressão. Assim, a Igreja católica, historicamente aliada às elites políticas das nações, dava sinais de uma mudança de comportamento, colocando-se, em princípio, ao lado daqueles marginalizados pelo capitalismo.

No Brasil, principal expoente da “igreja dos pobres” na América Latina³, vários foram os leigos, religiosos, padres, bispos e teólogos que assimilaram o novo discurso católico e aderiram a esse projeto, seja na organização de CEBs pelos confins do país, seja na articulação de sindicatos e movimentos sociais, ou mesmo na produção de uma vasta literatura militante sobre a Teologia da Libertação. Um forte embate se desenhou entre as elites burguesas e latifundiárias brasileiras e os católicos adeptos dessa nova orientação teológica, ou mesmo entre o Estado autoritário governado pelos militares e a ala da Igreja que assumiu efetivamente o discurso de libertação dos pobres.

³ A Igreja católica do Brasil, dentre as demais latino-americanas, foi a que melhor implementou o modelo de catolicismo da *igreja dos pobres*, pelo menos na década de 1970. Até os anos de 1980, quando o Vaticano desencadeou fortes investidas para conter os avanços desse modelo de catolicismo, as diretrizes e orientações hegemônicas da CNBB orientavam-se pelos pressupostos da Teologia da Libertação, incentivando a formação de CEBs e dando forte suporte à organização das pastorais sociais. Uma análise mais aprofundada sobre a assimilação da *igreja dos pobres* pela Igreja no Brasil encontra-se em Mainwaring (1989) e Theije (2002).

3 Arquidiocese de Mariana: “lugar onde as idéias e práticas vinculadas à Teologia da Libertação não eram bem vindas pelo arcebispado”

É sabido que nem todas as arquidioceses⁴ acolheram de bom grado as novas orientações conciliares, e muitos foram os arcebispos que “fecharam as portas” de suas respectivas circunscrições eclesiais ao modelo progressista de Igreja católica que adveio da Conferência de Medellín. Essa ala Católica chamada de conservadora é aquela concentrada na idéia de manter a tradição, a autoridade hierárquica e a doutrina ortodoxa. Ela é formada por um grupo que acredita no papel moral e espiritual da Igreja católica e na concepção de que as idéias progressistas, comumente associadas ao marxismo, são perigosas e, muitas vezes, incompatíveis com os ideais do cristianismo (LÖWY, 1995). Esses clérigos são, portanto, mantenedores de uma tradição católica ultramontana⁵ em contraposição ao novo jeito de ser Igreja, proposto pela Teologia da Libertação. Dom Oscar de Oliveira, arcebispo da Arquidiocese de Mariana-MG entre 1960 e 1988, foi considerado um desses conservadores por impor resistências às propostas da Teologia da Libertação em defesa da face tradicional que essa arquidiocese assumiu his-

⁴ O termo *Diocese* foi utilizado pelo imperador romano Diocleciano (284-305) para denominar as províncias administrativas que compunham aquele Império. Tal expressão foi adotada pela Igreja católica, que passou a utilizá-la para se referir a uma jurisdição eclesial de um bispo. Esse conceito territorial de *diocese* ganhou, com o Concílio Vaticano II, uma conotação mais genérica, passando a significar “uma porção do ‘povo de Deus’ confiada ao pastoreio de um bispo com a cooperação do presbitério, de maneira que, unida a seu pastor e congregada por ele no Espírito Santo mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitua uma Igreja Particular” (cf. Código do Direito Canônico, Cann.369). Com o crescimento da Igreja católica e a conseqüente criação e divisão de dioceses, algumas dessas jurisdições, em função de suas proeminências, receberam o título de *Arquidiocese*. Esse prefixo é derivado do grego *archi*, que significa primeiro. Administrativamente, uma arquidiocese funciona da mesma forma que uma diocese o grande diferencial é que a primeira agrupa em torno de si outras dioceses menores na condição de sufragâneas.

⁵ O ultramontanismo é uma tradição católica que busca inspiração e apoio diretamente na cúria romana, ou seja, defendem piamente a infalibilidade papal. O termo foi cunhado na França e refere-se ao alicerce da fé católica que se encontrava além dos montes, ou depois dos Alpes, em Roma. Esse modelo foi reafirmado no Concílio Vaticano I e estendido à Igreja católica em todo o mundo pelo projeto denominado pela historiografia de *Romanização da Igreja*. Para referências e esclarecimentos sobre o assunto, ver Schiavo (2007).

toricamente ao longo de sua existência. Nas páginas do jornal *O Arquidiocesano*⁶, este eclesiástico expressa claramente sua opinião contrária às novas diretrizes teológicas em questão:

Embora a Igreja em alguns lugares dê a impressão de ter esquecido o Evangelho e tê-lo substituído por livros de Sociologia, ela está nas mãos de Deus, e esse mal passará, deixando saldo favorável.(...) Mal procedem aqueles que, por ofício ou por vocação, deviam ocupar-se com anunciar a mensagem divina e, no entanto, preocupam-se, sobretudo, com problemas sociais e defendem soluções dadas por determinadas correntes e em conseqüência entram na militância política ideológica (O Arquidiocesano. Ano IX. n° 459. 1968. p.4).

No jornal da Arquidiocese de Mariana, *O Pastoral*, lançado depois do arcebispado de Dom Oscar, numa seção reservada para se falar da memória da Instituição afirma-se que:

Na memória das Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Mariana, a hierarquia aparece como uma presença contraditória. Quando o 'trem' parece ter entrado nas trilhas, 'forças ocultas' atropelam todo o processo. Padre Theóphilo se destaca como o grande incentivador de uma Igreja popular mesmo antes de se falar em CEBs em nossa Arquidiocese. De acordo com Geraldo Botelho, em 1968 eles já começaram a formar comunidade em Porto Firme. Mas, em pouco tempo, Padre Theóphilo saiu. Até hoje não entendeu porquê.

Em Araçuaia, destaca-se a figura do Padre José Miguel. Começando com 'os cursos de batismo' ele deu vida nova à Igreja local. Conseguiu, inclusive, mobilizar todo o município. Mas nesse tempo parte da Matriz caiu, com a alegação de que ele não tinha dom pra arrecadar dinheiro e reconstruir templo, foi transferido pa-

⁶ Este jornal da Arquidiocese de Mariana foi o porta-voz oficial do arcebispado de Dom Oscar de Oliveira (1960-1988) e circulou semanalmente pelo seu território arquidiocesano.

ra Sericita. Até hoje não entenderam os reais motivos para a remoção do padre (O Pastoral, Ano VII, n. 88, p.10).

Assim, de acordo como o jornal oficial da Arquidiocese, a elite eclesiástica buscava impedir a proliferação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), mesmo que para isso fosse preciso a transferência de padres para outras paróquias e cidades, no sentido de desmobilizar os trabalhos desenvolvidos pelos párocos. Havia também grande preocupação do arcebispado para que as CEBs não se politizassem. Em 1970 afirmava-se que:

Deve se entender a que as comunidades eclesiais de base se desenvolvam nestes três planos (a saber, da fé, do culto e da caridade), manifestando, de modo cada vez mais perfeito, sua natureza 'eclesial', e chegando a assumir – nas possibilidades de seu nível – todos os objetivos de ação que competem à Igreja e que o Plano Nacional de Pastoral de Conjunto quis resumir em suas seis diretrizes. (...) o objetivo comum visado pela Comunidade é, antes de tudo, o objetivo espiritual eclesial e depois, de acordo com ele e a ele subordinado, os objetivos temporais e materiais do homem e da família humana, qualquer que seja e como quer que se apresente (O Arquidiocesano. Ano XI. nº 553. 19/04/1970. p.4).

Levando-se em conta estes relatos, percebe-se que na visão da elite dirigente da Arquidiocese, o papel espiritual era o de maior importância numa Comunidade Eclesial de Base, estando todos os outros fatores subordinados à espiritualidade. Em geral, nas CEBs o papel espiritual é bastante relevante, mas o que chama a atenção é o fato de o jornal oficial da Arquidiocese enfatizar com enorme frequência o objetivo espiritual em detrimento das questões temporais.

Dom Oscar deu seqüência à mesma linha de seus antecessores, que desenvolveram na primeira Diocese das Minas Gerais o modelo romanizado do catolicismo tridentino. Seu conservantismo não cedeu frente às novas propostas conciliares advindas do Vaticano II, nem tampouco aos discursos progressistas da Teologia da Libertação.

Porém, mesmo sem o apoio do arcebispado de Dom Oscar, algumas paróquias da Arquidiocese⁷ desenvolveram um modelo de catolicismo pautado nessa referida Teologia, comprovando a idéia de que, outras formas de catolicismo podem suscitar de iniciativas diferentes daquelas ditadas pela administração arquidiocesana. Desta forma, percebemos que estudar a hierarquia da Igreja com sua lógica organizacional não é o suficiente para entendermos suas complexidades e particularidades. Como afirma Scott Mainwaring, ao estudarmos uma instituição complexa como a Igreja católica, não podemos esquecer dos institutos eclesiais, dos agentes pastorais, dos movimentos leigos organizados e dos demais católicos que não tomam parte nos movimentos organizados, mas compõem a base da Igreja. “Embora estejam sob o controle formal da hierarquia, esses outros níveis adquirem certa autonomia, influenciam a Igreja e exercem um efeito independente na política” (MAINWARING, 1989, p.28).

Apesar de sua estrutura verticalizada e dos plenos poderes dos bispos e arcebispos abaixo do papa, peculiaridades locais podem emergir e desenvolver características diferentes da linha mestra proposta pela hierarquia eclesiástica. Todavia, sabe-se das dificuldades eminentes para o afloramento de qualquer modelo de Igreja diferente daquele defendido pelo arcebispado local. “[...] Dada a estrutura hierárquica da Igreja católica, movimentos que não recebem o apoio dos arcebispos permanecem relativamente isolados e são incapazes de modificar as tendências dominantes” (MAINWARING, 1989, p.29). Contudo, apesar de isolados e, muitas vezes, incapazes de provocar essas mudanças, esses movimentos possuem plenas condições de sobreviverem às pressões externas, mesmo a contragosto do comando arquidiocesano, e desenvolverem um perfil diferente daquele orientado pela cúria, como aconteceu em Porto Firme-MG.

⁷ Entre fins da década de 1970 e ao longo da década de 1980, as paróquias dos municípios de Araçuaia, Entre Rios, Jeceaba, Mercês, Paiva, Pedra Bonita, Porto Firme, Presidente Bernardes, Santa Bárbara do Turgúrio e Sericita orientaram suas atividades pastorais com presença dos ideais da Teologia da Libertação (OLIVEIRA, 2004-2005).

4 Porto Firme: peculiaridades e pioneirismo

Situada na região central da Arquidiocese de Mariana, às margens do rio Piranga, a cidade de Porto Firme tem, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos de 10 mil habitantes. É uma tradicional pequena cidade mineira essencialmente rural e majoritariamente católica. Quase 60% de seus habitantes residem no meio rural, fazendo da agropecuária sua principal fonte de renda. O comércio, pode-se dizer, constitui outra atividade rentável de Porto Firme que, somado às atividades roceiras, estrutura a economia local.

É nesse município pouco populoso e caracteristicamente rural que surgiram as primeiras experiências de CEBs na Arquidiocese de Mariana. Foi na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Porto Firme que as Comunidades Eclesiais de Base deram seus primeiros passos já no final da década de 1960, sob o paróquiato do padre Théophilo Lopes de Andrade⁸. Mesmo sem o incentivo do arcebispado de Dom Oscar, os leigos porto-firmenses iniciaram essa nova organização, orientados pelos missionários redentoristas e incentivados pelo referido pároco.

Padre Théophilo é considerado um dos pioneiros nos trabalhos com CEBs na Arquidiocese de Mariana. Já falecido, deixou viva na memória daqueles que o conheceram a imagem de um homem circunspecto, preocupado com as questões sociais e articulador de uma Igreja progressista nas paróquias onde exerceu seu ministério. Porto Firme foi a primeira delas. Conforme os registros no livro de tomo dessa paróquia, o final da década de 1960 foi um período marcado pelos incentivos à formação das Comunidades Eclesiais de Base e ao engajamento de leigos cristãos em trabalhos sociais, isso devido à abertura proporcionada pelo padre Théophilo e ao trabalho missionário dos padres redentoristas que atuaram em Porto Firme.

⁸ O padre Théophilo Lopes de Andrade foi um sacerdote pertencente ao chamado *clero secular* da Arquidiocese de Mariana. O clero da Igreja católica é dividido entre *secular* ou *regular*. O clero secular é composto pelos padres incardinados em uma Igreja Particular, ou seja, em uma figura jurídica reunida em torno de um bispo. O clero regular, por sua vez, é formado pelos religiosos incardinados em institutos, ordens ou congregações religiosas, e que, por isso, vivem sob as regras de suas respectivas comunidades de vida consagrada. Sobre a diferença entre os cleros secular e regular, ver BRODBECK, Rafael Vitola. *Apostolado Veritatis Splendor: Qual a Diferença Entre Clero Secular e Regular?* Disponível em <<http://www.veritatis.com.br/article/4319>> Acessado em 7/4/2007.

Esses registros deixados por Theóphilo demonstram sua preocupação com a organização das comunidades de base e a participação dos leigos na Igreja. Nos quase três anos de trabalhos na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, os fatos importantes que eleger para documentar nas páginas desse livro fazem referência, principalmente, às participações dos leigos paroquianos na vida política de Porto Firme e às missões redentoristas que, segundo padre Theóphilo, muito contribuíram para o funcionamento das Comunidades Eclesiais de Base. Ele enfatiza, em seus registros, que as missões foram o “ponto alto da vida pastoral da paróquia, conscientizando profundamente o povo dentro do genuíno espírito do Vaticano II”.⁹ Essas missões eram iniciativas da Província do Rio de Janeiro da Congregação do Santíssimo Redentor e tinham por finalidade criar comunidades vivas, despertar os leigos para um senso comunitário, litúrgico, pastoral e missionário. Elas levaram a Porto Firme as inovações advindas do Concílio Vaticano II, fomentaram discussões sobre o papel do leigo na Igreja e incentivaram a articulação das CEBs nessa paróquia.

Há mais de um século a Congregação do Santíssimo Redentor vem desenvolvendo um envolvente e eficiente papel missionário na Arquidiocese de Mariana, sempre em sintonia com as orientações advindas de Roma (NETO, 2006). Assim, as missões redentoristas foram, por muito tempo, eventos comuns na maioria das paróquias dessa circunscrição eclesial, como é o caso de Porto Firme. Não foram raros os momentos nos quais os paroquianos dessa cidade receberam a visita dos redentoristas. Ora em datas festivas – como na festa da padroeira ou no dia de São Sebastião¹⁰ – ora em dias comuns, os missionários eram sempre muito bem recebidos pelos fiéis porto-firmenses que lotavam as celebrações, pregações, conferências e demais atividades que aconteciam durante as missões.

⁹ Livro de Tombo da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Porto Firme. n° 01. p. 87. (Nas próximas citações, ao nos referirmos a esse livro usaremos a abreviação LT, mais o número da página).

¹⁰ Era comum os padres redentoristas pregarem missões próximas ao dia do padroeiro das paróquias, assim podiam contribuir com a organização das festividades. A festa de São Sebastião não é exclusividade das paróquias que o têm como padroeiro. O fato de ser tradição a realização de leilões durante os festejos desse santo faz dele um dos mais populares entre os fiéis, uma vez que esses leilões são sempre muito lucrativos para as paróquias.

Contudo, no final de 1968 e início de 1969 aconteceu na paróquia de Nossa Senhora da Conceição uma das mais singulares missões redentoristas nessa cidade. As grandes pregações, características dessas missões, foram substituídas por uma nova metodologia que teve como objetivo organizar os leigos em Comunidades Eclesiais de Base, o que fez desse evento um importante instrumento incentivador das CEBs em Porto Firme. Nas palavras de Theóphilo:

ponto alto da vida pastoral da paróquia foram as missões redentoristas preparadas pelo padre Geraldo Lima, padre Assis, padre José Bosco e padre Ribeiro. Conscientizaram profundamente o povo dentro do genuíno espírito do Vaticano II. [...] Com a conscientização recalcada das missões sobre base comunitária, vivência fraternal de Igreja, abriu-se em Porto Firme largo campo para o funcionamento das Comunidades Eclesiais de Base. Sente-se hoje um clima de alegria fraternal, de vivência, de caridade e movimentação social, máxime das comunidades rurais, ao lado do desenvolvimento espiritual, litúrgico e promocional das mesmas comunidades.¹¹

Padre Theóphilo atribuiu às missões o papel precursor na introdução dos ideais conciliares em sua paróquia, mas não foi o único a entender dessa forma. Muitos de seus paroquianos trazem editada em suas memórias a atuação desses missionários. “Essas missões eram bem envolventes, a comunidade toda participava, [...] e os redentoristas incentivavam muito a organização dos leigos”.¹² A semente de uma Igreja progressista foi lançada ao solo, e os semeadores missionários depositaram grande confiança naqueles leigos.

Segundo padre José Bosco de Rezende,¹³ na década de 1960 houve uma grande mudança no modelo de missões pregadas pelos redentoristas.

¹¹ LT. p. 87.

¹² Arquivo Digital (28 min.). Entrevista de Íris Celsa de Oliveira, concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em fevereiro de 2007.

¹³ O Padre José Bosco de Rezende pertencia ao clero regular da Congregação do Santíssimo Redentor, e foi um dos missionários que atuaram nas referidas missões de Porto Firme.

Influenciados pelas inovações do Concílio Vaticano II, esses missionários passaram a incentivar a organização de comunidades de base, mas não sem encontrar dificuldades e resistências. O clero marianense, conservador em sua maioria, muitas vezes criava obstáculos aos missionários. Assim, era necessária muita cautela para evitar conflitos com os párocos e com o arcebispo. Ou seja, os redentoristas objetivavam mudanças, mas elas eram dosadas de acordo com a receptividade das paróquias. E, nesse sentido, padre Theóphilo abriu as portas de Porto Firme ao novo modelo missionário.

Theóphilo era um padre muito aberto às inovações do concílio, isso facilitou muito o nosso trabalho, [...] então, a missão foi para ele uma ajuda muito grande que possibilitou evangelizar com maior eficiência e conscientização do povo.¹⁴

Essas missões voltadas para a formação de CEBs era algo inteiramente novo naquele momento, isso por acontecerem logo após a Conferência Episcopal de Medellín onde se iniciaram as discussões sobre essa nova forma de organização da Igreja. Por parte dos missionários a intenção era favorecer o trabalho dos párocos, abrir novos caminhos dentro daquilo que estava sendo discutido no universo católico da década de 1960:

Nós procurávamos então abrir horizontes, os horizontes da fé. Mas de acordo com que o padre quisesse, era preciso que o padre quisesse, pra que não fosse assim com mais insistência. A gente não trabalhava só trazendo uma proposta, era assim colhendo idéias, colhendo aspirações, as indagações, as provocações do padre, conhecendo a realidade, o lado positivo, o lado negativo, ajudando a dar um começo, um chute inicial.¹⁵

¹⁴ Arquivo Digital (45 min.). Entrevista do padre José Bosco de Rezende concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em agosto de 2006.

¹⁵ Arquivo Digital (45 min.). Entrevista do padre José Bosco de Rezende concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em agosto de 2006.

O trabalho era feito em sintonia com o pároco local, não era uma imposição que vinha de fora com a receita certa, pronta e acabada. Era uma iniciativa que visava uma organização da base a partir das aspirações e indagações locais, das experiências dos leigos e da abertura dada pelo vigário. A intenção não era criar atrito, nem tampouco “bater de frente” com os padres conservadores. Por isso, quando o pároco resistia às mudanças, elas aconteciam de forma mais lenta ou sequer aconteciam. Porém, quando havia uma receptividade do padre ao novo modelo que estava sendo proposto, como no caso de Theóphilo, as chances de as missões serem frutíferas aumentavam muito.

Desta forma, a abertura dada pelo pároco favoreceu o trabalho dos missionários em Porto Firme, que puderam colocar em prática aquele novo modelo missionário que vinha sendo repensado pela Congregação do Santíssimo Redentor. Deu-se início à organização das CEBs na paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Das sementes plantadas pelos redentoristas e amanhadas por Theóphilo brotaram 18 Comunidades de Base, isso até 1970 quando esse sacerdote foi transferido de paróquia, num episódio rodeado de rumores e incertezas.

A intensa dedicação de Theóphilo para transformar em prática os ideais propostos pelo Vaticano II, incentivando os leigos a se organizarem em comunidades para assumir efetivamente os trabalhos tanto paroquiais quanto políticos, provocou certo conflito com os poderes formais da época. O fato de o paroquiato desse padre ter durado menos de três anos, num período em que, normalmente, os padres trabalhavam décadas na mesma paróquia, já é bastante revelador. Considerando-se o pioneirismo do trabalho de Theóphilo e a postura conservadora do arcebispo da época, somos levados a pensar na hipótese de uma tentativa de abortar o processo de formação de uma Igreja progressista na Arquidiocese de Mariana.

Contudo, mesmo com a substituição do pároco, a mensagem deixada pelos redentoristas ecoou entre os leigos porto-firmenses que, gradativamente, aperfeiçoaram sua organização em Comunidades Eclesiais de Base e deram seqüência ao trabalho progressista semeado pelos missionários e incentivado por Theóphilo. Como exemplo da continuidade desse trabalho em Porto Firme, podemos citar a criação, na década de 1980, da PROVIC (Proposta de Vida em Comunidade). Essa organização, cria-

da por leigos ligados às Comunidades Eclesiais de Base no intuito de fortalecer a formação e organização do povo, foi um trabalho que, segundo as lideranças comunitárias, nasceu de esforços dos paroquianos porto-firmenses e se organizou independentemente do apoio eclesiástico, dando forte suporte teórico à manutenção dessas comunidades. Nas palavras do atual presidente: “a PROVIC veio das CEBs, as CEBs foram a sementeira, tudo começou com elas, foi um projeto de Cristo”.¹⁶

Inspiradas no Movimento da Boa Nova (MOBON)¹⁷, a PROVIC desenvolveu vários cursos de formação para leigos, formando muitas lideranças comunitárias naquela região. Neste sentido, vale ressaltar a importância do MOBON na consolidação das idéias da Teologia da Libertação em Porto Firme. Sediado na vizinha Diocese de Caratinga-MG – onde funciona sua casa de cursos de formação de lideranças – o MOBON consolidou-se como um grande centro de capacitação de agentes leigos católicos, tendo como pano de fundo uma orientação teológica de cunho progressista. Coordenado por religiosos progressistas, esse Movimento exerceu uma considerável influência na Arquidiocese de Mariana, principalmente na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Porto Firme, conforme indicam os trabalhos de Oliveira (2004-2005) e Schiavo (2007).

5 Das idéias para a ação: gênese e inspiração da PROVIC

O trabalho realizado pelo padre Theóphilo em Porto Firme, somado à atuação dos redentoristas através das Santas Missões, deixou um legado, na paróquia Nossa Senhora da Conceição, de 18 comunidades de base estabelecidas. Com a substituição desse pároco em 1970, restou aos leigos porto-firmenses a difícil tarefa de perpetuar a existência das

¹⁶ Arquivo Digital (55 min.) Entrevista de José da Silva Iko concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em dezembro de 2006.

¹⁷ Este Movimento tem sede, que é também uma casa de cursos, na cidade de Dom Cavati-MG, Diocese de Caratinga-MG. O conjunto de idéias norteadoras deste Movimento, principalmente na década de 1980, tinha estreitos laços com a Teologia da Libertação e suas idéias eram difundidas através dos cursos ministrados tanto na sede do Movimento, como pelo trabalho de missionários que viajavam para as mais diversas localidades de Minas Gerais e Espírito Santo. Outra forma de difusão das idéias do MOBON ocorria quando leigos participavam dos cursos e depois os repassavam à comunidade de origem, algo muito constante na região de Porto-Firme, pela atuação de Carlindo Rosa Loures.

CEBs, agora sob um paróquiato indiferente às idéias progressistas propostas pela Teologia da Libertação. O padre Pedro Lopes da Silva¹⁸ (1970 - 2003) tinha um perfil bem distinto daquele apresentado por seu antecessor. Ele era mais conservador quanto às suas concepções eclesiológicas, mais doutrinário, mais rígido no que se refere à ortodoxia católica. A princípio, não era muito afeito à organização de comunidades e olhava com desconfiança as novas orientações teológicas da Igreja dos pobres. Na entrevista que nos concedeu, padre Pedro deixou bem clara sua posição diante da Teologia da Libertação:

Eu não sou muito favorável não, porque a Teologia da Libertação mais é cântico e bate palma. É cântico pra aqui, cântico pra ali, e doutrina mesmo acho que tem pouca. Mais a gente aceita, embora a Teologia da Libertação tenha diminuído muito a força da Igreja. Porque a Igreja é um movimento fechado mas [é um talento] e a teologia da libertação é um movimento aberto, mas é um forró, e eu não gosto de forró não.¹⁹

Contudo, apesar de não ser favorável a essa teologia, não encontramos nenhum indício que comprove uma política, por parte desse pároco, destinada a desestabilizar as CEBs ali existentes. Ao contrário, padre Pedro foi, aos poucos, se sensibilizando com o trabalho dos leigos naquela paróquia e acabou proporcionando um espaço que possibilitou não só a sobrevivência das comunidades já existentes, mas a criação de outras a partir do trabalho dos próprios leigos. Um de nossos entrevistados relatou que “o padre Pedro era muito apressado, cheio de coisa, e não gostava dessa coisa de ‘tá’ lendo muito, estudando muito, do povo mexendo com Bíblia, isso não era muito da cabeça dele, mas num ‘instantinho’ ele entendeu nossa proposta”.²⁰ A perseverança de seus paroquianos e o

¹⁸ O padre Pedro Lopes da Silva, assim como seu antecessor padre Theóphilo, pertencia ao clero secular da Arquidiocese de Mariana.

¹⁹ Arquivo Digital (20 min.). Entrevista de padre Pedro Lopes da Silva concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em Junho de 2007.

²⁰ Arquivo Digital (20 min.). Entrevista de Carlindo Rosa Loures concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em Junho de 2007. Carlindo é uma importante liderança católica da Zona da Mata Mineira e participou ativamente da organização de trabalhos religiosos ligados à Teologia da Libertação.

contato com aquele novo jeito de ser Igreja acabaram “convertendo” o vigário sobre a importância das CEBs: “Ah! Eu aprendi muita coisa com essas comunidades de base, e gostei muito do trabalho de comunidade de base porque é feito por leigos, e os leigos são muito alegres para trabalhar”.²¹

Há de se destacar que a organização de comunidades não era o objetivo principal desse padre. Sua afinidade maior era com o Apostolado da Oração,²² e seus trabalhos estiveram menos voltados a uma efetiva organização dos leigos. Mesmo assim, no período em que trabalhou nessa cidade o número de CEBs quase dobrou. As 18 comunidades deixadas por Theóphilo proliferaram chegando a somar mais de 30 durante a década de 1980. E quando perguntado se o aumento foi fruto de seu incentivo ou da iniciativa dos leigos, ele foi enfático: “Dos leigos! Tudo leigos! Eu ia lá quando eu podia, mas era tudo dos leigos, iniciativa dos leigos mesmo, tinha muita gente que tomava conta, então era muito bom”. E, mais adiante, completou: “Comunidade a gente não funda nem afunda, a gente aproveita o que tem e melhora cada vez mais”.

Desta forma, no transcorrer das décadas de 1970 e 1980, a ação dos leigos porto-firmenses não só proporcionou o crescimento das CEBs, como também conquistou a confiança de um padre avesso às idéias teológicas que pregavam a opção preferencial pelos pobres. As mensagens progressistas pregadas pelos missionários redentoristas e incentivadas por Theóphilo ecoaram na vida daqueles paroquianos, inspirando-os na manutenção e propagação do catolicismo libertador nascido em Medellín e cultivado nas Comunidades Eclesiais de Base. E foi a partir dessa orga-

²¹ Arquivo Digital (20 min.). Entrevista de padre Pedro Lopes da Silva concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em Junho de 2007.

²² O Apostolado da Oração foi fundado em 03 de dezembro de 1844 em Vals, na França, pelo padre jesuíta Francisco Xavier Gautrelet. Com a aprovação do então papa Pio IX, essa associação de fiéis católicos se proliferou rapidamente pela Europa e América Latina. No Brasil, o primeiro centro do Apostolado da Oração foi fundado pelo padre Bento Schembri, S.J., em 30 de junho de 1867, em Recife-PE, na igreja de Santa Cruz, oficiada então pelos padres jesuítas. Atualmente, o Apostolado da Oração está presente em 9 mil paróquias brasileiras, com mais de 10 milhões de pessoas. A dimensão espiritual, a devoção à Maria Santíssima, o culto especial ao Sagrado Coração de Jesus e a vivência plena na eucaristia constituem as principais características dessa associação. Cf: Pe Dário Pedrosa no Funchal, Coordenador Nacional do Apostolado da Oração, in: [jm.online <http://www.jornaldamadeira.pt/index.php>](http://www.jornaldamadeira.pt/index.php) Acessado em 24/10/2008.

nização leiga que as CEBs de Porto Firme tornaram-se um terreno fértil para a criação da Proposta de Vida em Comunidade, a PROVIC.

A passagem bíblica dos Atos dos Apóstolos 2, 42–47²³ é sempre a primeira referência usada pelos membros da PROVIC para explicarem o motivo do nome dado ao movimento: *Proposta de Vida em Comunidade*. Um nome, diga-se de passagem, bem esclarecedor quanto ao objetivo principal daquele grupo de leigos porto-firmenses. Esses versículos descrevem a postura dos primeiros cristãos que, após a morte de Cristo, teriam formado uma comunidade onde todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum, rezavam todos juntos, partilhavam os ônus e bônus da vida e pregavam a boa nova do evangelho aos outros povos, fazendo-a crescer e proliferar. Essa bíblica comunidade cristã era o modelo de inspiração para os fundadores da PROVIC que, no anseio de despertar o leigo para a importância de uma vivência comunitária, defendiam uma proposta de organização de base pautada na consciência cristã necessária para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Tudo começou no início da década de 1980 com um grupo de pessoas, cerca de 20 leigos, que se reuniam embaixo de um pé de manga, ao lado da Igreja Matriz, para rezarem a Bíblia à luz de suas realidades e discutirem os problemas religiosos, sociais e políticos aos quais estavam inseridos, bem ao molde do catolicismo da libertação. Inicialmente, eles não encontraram apoio do pároco de Porto Firme que até então não tinha superado sua indiferença quanto àquele modelo de Igreja. Mas a insistência desse grupo gerou frutos, o movimento cresceu, se organizou e, por fim, cativou a confiança do padre Pedro que acabou doando-lhes um prédio que pertencia à paróquia e estava desativado há algum tempo. Lá foi estabelecida a sede da PROVIC que se tornou um importante centro de formação e capacitação de líderes comunitários, militantes católi-

²³ “Perseveravam eles na doutrina dos apóstolos, nas reuniões em comum, na fração do pão e nas orações. De todos eles se apoderou o temor, pois pelos apóstolos foram feitos também muitos prodígios e milagres em Jerusalém, e o temor estava em todos os corações. Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um. Unidos de coração, freqüentavam todos os dias o templo. Partiam o pão nas casas e tomavam a comida com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e cativando a simpatia de todo o povo. E o Senhor cada dia lhes ajuntava outros, que estavam a caminho da salvação”. BÍBLIA sagrada. N. T. *Atos dos Apóstolos*. 111ª edição. São Paulo: Editora Ave Maria, 1997. cap. 2, versículos 42 - 47. p. 1416.

cos que atuavam, não só em Porto Firme, mas em diversas outras paróquias da região tais como Piranga, Guaraciaba, Paula Cândido, Cajurí, Araponga, Ervália e Acaiaca.

As bases do modelo organizacional adotado pelos leigos da PROVIC vieram de um projeto similar desenvolvido pelo MOBON, chamado FAVEC (Famílias Vivendo em Comunidades), que tinha o objetivo de criar uma comunidade aos moldes daquela dos primeiros cristãos descrita nos Atos dos Apóstolos. A FAVEC foi implementada numa fazenda próxima à cidade de Governador Valadares - MG, onde as famílias deveriam viver em regime comunal, norteadas pelos princípios cristãos. Assim, se formou uma comunidade de famílias de trabalhadores rurais que produziriam tudo conjuntamente e partilhariam dessa produção entre todos. Segundo Alípio, dirigente do MOBON, o projeto “não foi adiante porque juntou gente demais e as pessoas iam chegando sem ter uma vida religiosa consolidada e muitos iam pra lá fugidos de problemas em outros lugares e assim não tinha como dar certo”.²⁴

Dessa forma, os resultados práticos não atenderam às expectativas e a FAVEC acabou naufragando diante das dificuldades encontradas, deixando como herança a utopia da construção de uma comunidade cristã comunal. Esse projeto foi apresentado às lideranças de Porto Firme que o adaptaram para a realidade dessa comunidade fundando, assim, a PROVIC.

Com o insucesso da experiência de aglomerar várias famílias num mesmo espaço para criarem a sonhada *comunidade cristã*, o objetivo passou a ser a organização de uma entidade que pregasse uma nova proposta de vida em comunidade e que, ao mesmo tempo, proporcionasse a consolidação dessa proposta. A partir de então, a PROVIC começou a reproduzir os cursos de formação oferecidos pelo MOBON, utilizando o material e a metodologia desse movimento, num trabalho que alçou vôos e consolidou uma rede de organização de base entre várias paróquias da Arquidiocese de Mariana.

Nos cursos do MOBON, lideranças de paróquias diferentes tinham a oportunidade de se conhecerem e iniciarem um trabalho em conjunto.

²⁴ Entrevista de Alípio Jacinto Costa concedida a Fabrício Roberto Costa Oliveira em Outubro de 2004.

Nos dizeres de Carlindo: “no MOBON encontramos, casualmente, com os companheiros de Araponga, aí a gente começou a costurar as idéias”.²⁵ A afinidade das propostas possibilitou essa parceria entre os leigos de paróquias diferentes, “já tinha na nossa região muitas pessoas que comungavam esta idéia, foi só acertar os ponteiros”.²⁶ Uma vez que o arcebispado de Dom Oscar não implementava nenhuma ação para a organização de uma Igreja progressista, coube aos leigos, em harmonia com alguns padres que acreditavam nessa proposta, a missão de propagar aquele modelo de organização de comunidades de base. Assim, a PROVIC passou a ser referência nesse trabalho:

então nós começamos a fazer um movimento aqui na região, nós dávamos assessoria, realizava cursos em Acaiaca, Ponte Nova, Ervália, Rio Pomba, Mercês, Cajurí, e com essa adesão a gente assessorava outras paróquias. [...] Nós montamos vários projetinhos de geração de renda em comunidade, fizemos aqui na colônia [Viçosa], fizemos em Acaiaca, tinha o projeto dos beneficiadores de arroz. A gente movimentava bastante.²⁷

Com o registro da entidade nos órgãos competentes do Estado, a PROVIC pôde, legalmente, pleitear recursos financeiros para executar projetos sociais de geração de renda, ampliando seu horizonte de ação para além dos cursos de formação. Ao mesmo tempo, essa atuação em outras paróquias proporcionou a adesão de novos membros, fortalecendo o movimento na medida em que aumentava o número de militantes e colaboradores. Com isso, aquela organização dos leigos porto-firmenses expandiu, ultrapassou os limites paroquiais e tornou-se uma instituição regional.

Pode-se dizer que a PROVIC é um movimento leigo muito bem organizado. Possui uma diretoria eleita em assembleia, faz planejamentos de suas atividades, organiza diversos cursos de formação e se preocupa com

²⁵ Arquivo Digital (20 min.). Entrevista de Carlindo Rosa Loures concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em junho de 2007.

²⁶ *Ibidem*

²⁷ *Ibidem*

o registro de suas ações através de livros de atas das reuniões, encontros e demais eventos realizados. Vale dizer que seus componentes não se limitam unicamente aos porto-firmenses, uma vez que os trabalhos extrapolaram os limites paroquiais, conquistando a adesão de lideranças de outras localidades e ganhando proporções supramunicipais. Mas, no entanto, várias dificuldades foram encontradas pelo caminho. Desconfiança, rejeições e perseguições políticas também fazem parte dos mais de 25 anos de história da PROVIC.

Esse modelo de organização não era o preferido de Dom Oscar, que expressou sua descrença aos próprios participantes em uma de suas visitas pastorais. Era costume desse arcebispo visitar as paróquias de sua jurisdição, numa estadia de aproximadamente uma semana, tempo suficiente para crismar as crianças, pregar alguns sermões e realizar grandes celebrações eucarísticas. Foi numa dessas visitas que Dom Oscar quebrou o protocolo e se reuniu com os participantes da PROVIC, num momento histórico no qual aquele arcebispo desceu do altar e sentou-se com os leigos para ouvi-los. Segundo nossos entrevistados, várias lideranças participaram dessa reunião, que foi lembrada por um deles:

Nós tivemos uma reunião em Porto Firme e ele [Dom Oscar] tava lá. Aí nós resolvemos e chamamos as lideranças da comunidade pra reunir com ele. E dessas lideranças juntou umas duzentas pessoas [...]. Aí entrou o debate: os primeiros cristãos tinham tudo em comum, porque nós temos as coisas tudo individual, que a gente não dividia as coisas, e naquela época tava muito em voga a questão da reforma agrária, aí alguém jogou isso bastante, assim, forte, aí eu comecei a dialogar bastante com a platéia pra ele ver esse outro lado, ao invés de fazer um discurso fazer um diálogo, e aí o pessoal começou a falar e ele entrou questionando, ele questionou a platéia, ele não tava acostumado com isso habitualmente de ouvir a platéia, pra depois dar uma palavra final. Ele colocou que isso não funcionava, que os primeiros cristãos tentaram, mas que isso não deu certo. Essa idéia de colocar em comum, que isso não funciona. Aí o pessoal entrou! Não, que tá errado, que nós temos que pôr em comum, que nós temos que fun-

cionar, que nós temos que ser mais socialista, que nós somos muito individualista, paraparará (sic)..., e foi menino, uns dez minutos de pega! E foi até que ele deu murro na mesa. 'Agora eu vou usar a minha autoridade de Bispo e não admito esse negócio de comum, é um negócio que os primeiros cristãos tentaram, mas não deu certo e não teve chance', e saiu da sala.²⁸

Dom Oscar não deu o braço a torcer, impôs sua autoridade hierárquica e contestou aquele modelo defendido pela PROVIC, demonstrando sua face conservadora diante daquela inusitada situação. Porém, os leigos não retrocederam frente ao arcebispo, deram uma sustentação teológica a seus argumentos, apoiando-os na passagem bíblica dos Atos dos Apóstolos, e insistiram na idéia da organização comunitária, deixando Dom Oscar irritado.

Não obstante o embate com o arcebispo, outra contenda enfrentada pela PROVIC diz respeito ao contexto político da década de 1980. Aqueles anos foram marcados pelo fim da ditadura militar e, simultaneamente, pelo afloramento do Partido dos Trabalhadores (PT) que tinha um discurso muito próximo daquele defendido pela Teologia da Libertação. Mostra disso é que em variados contextos era comum uma liderança de CEB, em que a relação com a Teologia da Libertação era muito estreita, ser também uma liderança do PT local. Em Porto Firme, a PROVIC tornou-se a porta de entrada do PT, fato que gerou tensões com a elite política do município. Muitos acabaram vendo aquele movimento como uma instância de promoção político-partidária:

No início, muita gente via aquele povo reunido e achava que 'tava' reunido pelo PT, era o povo do PT, 'petezinho' pra aqui, 'petezinho' pra ali, e o pessoal tinha um medo do PT danado! Não sabiam que era um trabalho social, e fazer um trabalho social é tão importante para a sociedade. Só que muitos não tinham conhecimento dessa realidade.²⁹

²⁸ Entrevista de Carlindo Rosa Loures concedida a Fabrício Roberto Costa Oliveira em outubro de 2004.

²⁹ Arquivo Digital (55 min.) Entrevista de José da Silva Iko concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo em dezembro de 2006.

A afinidade entre as principais lideranças da PROVIC e o Partido dos Trabalhadores é facilmente percebida. Muitos apoiaram candidaturas petistas a deputados estaduais e federais, além de contribuírem com a organização desse partido naquela cidade. Além disso, a participação política daquele grupo não se limitou à atuação partidária, mas expandiu-se para outras instâncias como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Pastorais Sociais. Neste sentido Carlindo afirma que:

o mais importante dessa história toda é a quantidade de gente que tem militado na política, militando em sindicatos, pastorais nem se fala, as pastorais todas que se sustentam está ligada à formação do MOBON, [...] e essas comunidades do interior tudo aqui, pastoral da criança, pastoral carcerária, pastoral da família, chega e se sustenta quando tem reflexão.³⁰

Essa postura de engajamento político-social era, de certa forma, fomentada pelos roteiros e cadernos de formação política produzidos no MOBON e utilizados pela PROVIC em seus cursos e encontros:

Refletindo a palavra de Deus, concluimos que precisamos fazer o bem. Para isso precisamos usar os meios que estão ao nosso alcance: os grupos de reflexão, os Partidos Políticos, as ONGs, as Associações, os Sindicatos, etc. Por estes meios é que vamos buscando a solução dos problemas em sua raiz.³¹

Essa citação deixa em evidência o estímulo dado aos cristãos para que militassem ativamente em todas as instâncias possíveis no meio político-social, no intuito de melhorar o bem-estar da vida terrena, estimulando o diálogo entre a religião e a política e defendendo a idéia de convergência entre essas duas dimensões para a constituição de um mundo

³⁰ Entrevista de Carlindo Rosa Loures concedida a Fabrício Roberto Costa Oliveira em outubro de 2004.

³¹ RELIGIÃO NA POLÍTICA. Dom Cavati – MG: MOBON, sem data. p. 7.

melhor. Para isso, defende-se que o cristão deva buscar todos os meios possíveis para atingir tal concretude.

6 Considerações finais

A partir deste estudo, conclui-se que a ação organizada dos leigos pode fomentar um modelo de catolicismo diferente daquele proposto pela administração arquidiocesana, apesar das grandes dificuldades que tal falta de apoio pode acarretar. Neste sentido, mesmo a Igreja Católica dispendo de uma eficiente estrutura hierárquica, na dimensão paroquial de sua organização os católicos dispõem de certa autonomia para viverem sua religiosidade e expressá-la de um jeito próprio, mesmo sem aprovação do arcebispado, como aconteceu em Porto Firme-MG.

Na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, os leigos se impuseram frente aos obstáculos encontrados, usando a passagem bíblica dos Atos dos Apóstolos para justificar teologicamente aquele jeito de ser católico. Não queremos, com isso, menosprezar a eficácia da imposição arquiépiscopal sobre os fiéis da Igreja católica. Sabemos que, em função da estrutura hierárquica, o comando arquidiocesano exerce forte influência sobre as bases da Instituição, possuindo plenos poderes para sufocar qualquer manifestação que desagrade a cúria local. Contudo, mesmo havendo uma preeminente influência de padres e bispos sobre os leigos, estes, por sua vez, também dispõem de um grande poder de cativar e, por que não dizer, evangelizar o clero que os pastoreia.

Além disso, as paróquias não estão isentas da influência de idéias religiosas advindas de outras dioceses ou arquidioceses. Nesse sentido, vale ressaltar as atividades desenvolvidas pelos Missionários Redentoristas e pelo Movimento da Boa Nova na paróquia de Porto Firme. Estes trabalhos deram grande motivação e legitimidade aos leigos para que pudessem desenvolver suas atividades ligadas à Teologia da Libertação.

A PROVIC é um caso emblemático das conseqüências das idéias vinculadas à Teologia da Libertação. Um trabalho com proposta de “vida em comunidade” de grande viés socialista e forte cunho político, numa Instituição de fortes ressalvas às idéias “liberacionistas”, surgiria apenas num lugar em que os fiéis católicos estivessem convencidos de que a

constituição de um catolicismo mais engajado politicamente era necessária para a constituição de um mundo melhor. Assim, vale ressaltar a capacidade de mobilização, organização e criatividade dos atores sociais e a incapacidade de domínio das elites eclesiásticas sobre seus fiéis, principalmente quando as idéias destes últimos estão densamente consolidadas.

6 Referências

- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984)*. 2 ed. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993
- BOFF, C. A Teologia da Libertação e a Crise de Nossa Época. In: BOFF, L. (org.) *A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas*. São Paulo: Ática, 1996.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 - 1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LESBAUPIN, I. "Comunidade de base e mudança social". *Praia Vermelha – Estudo de Política e Teoria Social*, v.3, p. 54-79, 2000.
- LESBAUPIN, I. *et al.* Revisitando as CEBs: um estudo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. *Religião e Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 142-176, 2004.
- LÖWY, M. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MAINWARING, S. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- NETO, L. D. *Das Terras Baixas da Holanda às Montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais*. 315 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Instituto de Ciências Humanas-UFJF, Juiz de Fora, 2006.
- OLIVEIRA, F. R. C. *Religião e Mobilização Social na Arquidiocese de Mariana*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, UFV, Viçosa. 2005.
- OLIVEIRA, F. R. C. Poder Eclesiástico, Idéias Progressistas e Estratégias para a Emergência das Comunidades Eclesiais de Base na Arquidiocese de Mariana. *LPH – Revista de História*, Mariana - MG, n 14/15, p. 65-90, 2004/2005.
- OLIVEIRA, P. A. R. de. Perfil social e político das lideranças de CEBs no Brasil. *Memória e Caminhada*, n. 1, p. 6-13, 2001.
- PETRINI, J. C. *CEB's: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- REGIDOR, J. R. Vinte e Cinco anos da Teologia da Libertação. In: BOFF, L. (org.) *A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas*. São Paulo: Ática, 1996.

RODRIGUES, S. S. *Comunidades eclesiais de base no Brasil: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro. 1997.

SCHIAVO, R. A. *Os Redentoristas e o MOBON: uma análise do catolicismo em Porto Firme - MG*. Monografia (Bacharelado em História). Departamento de Artes e Humanidades, UFV, Viçosa. 2007.

SOUZA, L. A. G. *Do Vaticano II a um Novo Concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

TEIXEIRA, F. *Os Encontros Intereclesiais de Cebs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.

THEIJE, M. de. *Tudo que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife: Massangana, 2002.

Artigo recebido para publicação em:

27 de junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em:

22 de setembro de 2008.

Como citar este artigo:

SCHIAVO, R. A.; OLIVEIRA, F. R. C. Da teologia ao rural: reflexões acerca de idéias religiosas e concepções políticas na Arquidiocese de Mariana. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 203-230, jul.-dez. 2008.